

Partidos terão a Carta de Brasília

O governador José Aparento entrega hoje aos presidentes de partidos políticos organizados no Distrito Federal o texto básico da Carta de Brasília, documento elaborado a partir da realização, em outubro, do Simpósio Brasília: Concepção, Realidade e Destino. O simpósio, que contou com a participação de estudiosos de urbanismo de todo o País, do GDF e dos Ministérios do Interior e do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, forneceu subsídios às propostas que os futuros constituintes, particularmente os de Brasília, farão sobre o Distrito Federal.

A Carta de Brasília, enriquecida com as posições dos partidos, será entregues aos 11 parlamentares eleitos no DF pelo governador, logo após a diplomação. Será a carta, juntamente com as propostas já formuladas pela Comissão de Estudos Constitucionais, o ponto de partida para todas as mudanças, institucionais ou políticas, que o Distrito Federal deverá sofrer a partir do ano que vem.

A avaliação feita pelos técnicos que participaram do Simpósio é basicamente a de que não é possível que Brasília continue tendo o mesmo ritmo de crescimento até o ano 2.000, sem que se tomem medidas urgentes de adequação deste crescimento com a infraestrutura urbana. As cidades-satélites, na verdade assentamentos provisórios que deveriam ter sido extintos depois de pronta a nova capital, fizeram com que uma Brasília real — satélite — surgisse ao lado da Brasília ideal, o Plano Piloto, sem o correspondente equipamento urbano necessário para suportar o enorme crescimento de demanda de serviços urbanos.

O processo migratório crescente, inicialmente até desejado para o povoamento da região, tem feito diminuir a qualidade de vida do brasiliense, e, a despeito de tentativas de todos os governos, não cedeu. Migração desordenada e carência de recursos hídricos, entre outros recursos físicos são incompatíveis com o desenvolvimento

normal de qualquer centro urbano. No caso de Brasília as questões têm se agravado.

A Constituinte deverá traçar normas rígidas que promovam com segurança a reforma agrária e uma política de desenvolvimento urbano, para que os reflexos negativos da migração não continuem a inchar os grandes centros urbanos brasileiros, em especial Brasília.

Quanto à estrutura jurídico-institucional, a Carta de Brasília deverá indicar uma tendência, ao nível das organizações partidárias, sobre qual é o melhor caminho político para o brasiliense: Plano Piloto e cidades-satélites reivindicam maior autonomia e representatividade pelo voto direto. Há pessoas que defendem a autonomia, há pessoas que defendem, ao contrário, a permanência de Brasília como município neutro. Aos constituintes caberá encontrar uma posição intermediária que compatibilize as duas tendências, sem prejuízo das funções do DF como sede do poder da União.